

SESSÕES DO PLENÁRIO

43ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 21 de maio de 2014.

PRESIDENTE: DEPUTADO FABRÍCIO FALCÃO (3º SECRETÁRIO)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bruno Reis, Capitão Tadeu, Carlos Geilson, Cel. Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, João Carlos Bacelar, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Jr., Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Marquinho Viana, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Ronaldo Carletto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Tom Araújo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (52)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Euclides Fernandes, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 13 e 14/05/2014, devido a problema de saúde conforme atestado médico apresentado.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Srs Deputados, chegou aqui, de forma urgente, para apreciação desta Casa, a seguinte Proposta de Emenda Constitucional:

(Lê) “(...) *Proposta de Emenda Constitucional que 'altera os arts. 46, 48, 77, 105 e 148, acrescenta o art. 148-A e revoga o inciso II do art. 148, todos da Constituição do Estado da Bahia, e dá outras providências'.*

A presente Proposta de Emenda Constitucional tem por objetivo adequar o texto da Constituição do Estado da Bahia à nova concepção do Corpo de Bombeiros Militar que se pretende instituir no Estado da Bahia, desvinculando-o da estrutura da Polícia Militar da Bahia e tornando-o órgão em regime especial da Administração Direta, vinculado à Secretaria da Segurança Pública, passando a denominar-se Corpo de Bombeiros Militar da Bahia - CBM/BA.

Com esta medida, o Corpo de Bombeiros Militar da Bahia passa a ser um órgão integrante do Sistema de Segurança Pública, com autonomia administrativa e financeira, podendo gerenciar o seu próprio orçamento, e cujas funções precípua se fundam na defesa da vida, na prevenção e combate a incêndios, e na busca e salvamento, sendo ainda força auxiliar e reserva do Exército.

Desse modo, o Governo do Estado ratifica o compromisso assumido de acompanhar a evolução conceitual, estrutural e operacional do Corpo de Bombeiros Militar, permitindo o fortalecimento do novo órgão, que terá melhores condições para desempenhar sua missão, bem como maior liberdade para adequar sua força de trabalho às necessidades emergenciais, além de permitir que a Corporação adote técnicas de planejamento global de suas ações, alicerçadas em políticas e diretrizes específicas, com estratégia própria.

Valho-me do ensejo para renovar, a Vossa Excelência e aos seus dignos Pares, as expressões do meu elevado apreço e distinta consideração.

JAQUES WAGNER

Governador.”

Esse presente projeto de lei, que faz a reformulação da estrutura do Corpo de Bombeiros da Bahia, é algo muito importante e um pedido de todos.

(Lê) “*PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 138/2014*

Altera os arts. 46, 48, 77, 105 e 148, acrescenta o art. 148-A e revoga o inciso II do art. 148, todos da Constituição do Estado da Bahia, e dá outras providências.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA, no uso da atribuição prevista no § 3º do art. 74 da Constituição Estadual, promulga a seguinte Emenda Constitucional:

Art. 1º- Os dispositivos da Constituição do Estado da Bahia, abaixo indicados, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art.46.....

.....
.....
§ 2º - Os postos e as patentes dos oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar são conferidos pelo Governador do Estado, e a graduação dos praças, pelo Comandante-Geral da Polícia Militar e pelo Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar, respectivamente.

§ 3º - O servidor militar estadual em atividade que aceitar cargo público civil permanente será transferido para a reserva, na forma da lei.

§ 4º - O servidor militar estadual da ativa que aceitar cargo, emprego ou função pública temporária, não eletiva, ainda que da administração indireta, ficará agregado ao respectivo quadro e, enquanto permanecer nessa situação, só poderá ser promovido por antiguidade, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para aquela promoção e transferência para a reserva, sendo, depois de 02 (dois) anos de afastamento, contínuos ou não, transferido para a inatividade.

§ 5º - O servidor militar estadual condenado na Justiça comum ou militar à pena privativa de liberdade superior a 02 (dois) anos, por sentença transitada em julgado, será excluído da Corporação.

§ 6º - O oficial da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, nos termos da lei, mediante Conselho de Justificação, cujo funcionamento será regulado em lei, e por decisão da Justiça Militar, salvo na hipótese prevista no parágrafo anterior.

.....
.....” “Art. 48 - Os direitos, deveres, garantias, subsídios e vantagens dos servidores militares, bem como as normas sobre admissão, acesso na carreira, estabilidade, jornada de trabalho, remuneração de trabalho noturno e extraordinário, readmissão, limites de idade e condições de transferência para inatividade serão estabelecidos em estatuto próprio, de iniciativa do Governador do Estado, observada a legislação federal específica.

§ 1º - O servidor militar estadual é elegível, atendidas as seguintes condições:

.....”

“Art. 77 -

I- fixação ou modificação dos efetivos da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Civil;

.....”

“Art. 105 -

XX – exercer o comando supremo da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, promover seus oficiais e nomeá-los para os cargos que lhe são provativos;

“Art. 148 -

I – polícia ostensiva de segurança, de trânsito urbano e rodoviário, de florestas e mananciais e a relacionada com a prevenção criminal, preservação e restauração da ordem pública;

IV – a polícia judiciária militar, a ser exercida em relação a seus integrantes, na forma da lei federal;

Art. 2º – Fica acrescido o art. 148-A à Constituição do Estado da Bahia, com a seguinte redação:

“Art. 148-A – O corpo de Bombeiros Militar da Bahia, força auxiliar e reserva do Exército, organizado com base na hierarquia e disciplina, é órgão integrante do sistema de segurança pública, ao qual compete as seguintes atividades:

I – defesa civil;

II – prevenção e combate a incêndios e a situações de pânico;

III – busca, resgate e salvamento de pessoas e bens a cargo do Corpo de Bombeiros Militar;

IV – instrução e orientação de bombeiros voluntários, onde houver;

V – polícia judiciária militar, a ser exercida em relação a seus integrantes, na forma da lei federal.

Parágrafo único – O Corpo de Bombeiros Militar da Bahia será comandado por oficial da ativa da Corporação, do último posto do Quadro de Oficiais Bombeiros Militares, nomeado pelo Governador.”

Art. 3º – O Corpo de Bombeiros Militar da Bahia previsto no art. 148-A da Constituição do Estado da Bahia fica instituído mediante o desmembramento do Corpo de Bombeiros Militar da Polícia Militar da Bahia, e terá a sua organização básica e fixação do efetivo definidos por lei de iniciativa do Governador do Estado, no prazo de 120 (cento e vinte) dias da data da promulgação desta Emenda Constitucional.

§ 1º – A forma e os prazos do desmembramento patrimonial, financeiro e orçamentário do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia serão definidos na lei de que trata o caput deste artigo.

§ 2º – Enquanto não entrar em vigor a lei de que trata o caput deste artigo, o Corpo de Bombeiros Militar da Bahia manterá a estrutura e o efetivo das suas unidades atualmente vigentes, utilizando-se, inclusive, das estruturas de saúde e de assistência social da Polícia Militar e demais serviços assegurados à Polícia Militar.

§ 3º – O efetivo de Praças e de Oficiais do Quadro de Bombeiros Policiais

Militares, bem como a dotação orçamentária consignada no orçamento da Polícia Militar para o exercício financeiro em curso, destinada à execução das atividades de defesa civil, prevenção e combate a incêndios e a situações de pânico, busca, resgate e salvamento de pessoas ficam transferidos para o Corpo de Bombeiros Militar.

§ 4º – Fica revogado o inciso II do art. 148 da Constituição de Estado da Bahia.

Art. 5º – Esta Emenda Constitucional entra em vigor da data da sua publicação. Mesa da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.”

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, ouvi atentamente o pronunciamento de V.Ex^a, lendo o projeto, fico extremamente satisfeito. Quando da votação do projeto que criava, inclusive, Fundo de Combate a Incêndio, usei a tribuna várias e várias vezes, dizendo, naquele momento, que uma das coisas que o governo deveria fazer é dar, como a maioria dos estados brasileiros, autonomia administrativa e financeira ao Corpo de Bombeiros. Dizia que, como é em outros estados, deveria se tirar a vinculação do Corpo de Bombeiros diretamente à Polícia Militar. Os recursos que vêm desse fundo, que aprovamos na Casa, iriam para quem? Iriam para a Fonte 00 e se põem no caixa único. O governo usa da maneira que quer e nunca teríamos a estrutura necessária para o Corpo de Bombeiros.

Hoje, graças a Deus, não tivemos nenhum incêndio na Bahia. Existem prédios que não têm nem escada Magirus. Se formos ver a estrutura do Corpo de Bombeiros dos 417 municípios da Bahia, em torno de 15 municípios têm uma estrutura arcaica. Então, fico satisfeito, mesmo tardiamente, como aconteceu no projeto de ontem, do Fundo de Preservação do Patrimônio Artístico e Cultural, que foi também um questionamento feito por mim, e o governo voltou atrás e mandou o projeto exatamente como eu tinha recomendado, destinando esse recurso para o IPAC.

Agora, com essa medida, mais uma vez me sinto prestigiado. É um prestígio para o Poder Legislativo ver o governador acatar uma sugestão e mudar a Constituição do Estado para que dê o que o Corpo de Bombeiros precisa. Isso também dará tranquilidade. O Corpo de Bombeiros vinha há muito tempo solicitando, e o Poder Legislativo fica satisfeito de o governo reconhecer, mais uma vez, o que havíamos recomendado. É uma coisa técnica, boa, e agora ele também acata.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Carlos Geilson, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Deputado Fabrício Falcão, deputado Adolfo Menezes, deputada Maria Luiza Laudano, deputado Carlos Gaban, são tão poucos

que faço questão de nominá-los nesta sessão.

O que falou há pouco o deputado Gaban sobre o Corpo de Bombeiros, nós também já fizemos essa defesa aqui da tribuna, por entendermos que a autonomia do Corpo de Bombeiros é imprescindível – acaba de chegar o deputado Joseildo Ramos – e vejo com bons olhos esse projeto que chega a esta Casa, dando autonomia ao Corpo de Bombeiros do Estado da Bahia.

Fiz questão de usar esta tribuna, nesta tarde de quarta-feira, de plenário praticamente vazio, e falar sobre a Via Bahia. Ontem, mais um engarrafamento de cerca de 20km, final da tarde, início da noite. O motivo desse longo engarrafamento que acontece diariamente é a reconstrução de uma ponte nas proximidades da entrada da cidade de Terra Nova.

Pasmem, deputada Laudano, deputado Joseildo, está fazendo quatro meses, há quatro meses a Via Bahia vai reconstruindo essa ponte. Faço uma ligação com a ponte que os chineses construíram sobre o mar, de 42 km, em 4 anos. Ora, se uma ponte de 10 metros, a Via Bahia leva quatro meses para reconstruir, para ver a estrutura com problemas - e não é uma ponte nova, é fortalecer a estrutura da ponte, leva quatro meses - podemos fazer uma ilação do quanto o trabalho é moroso, do quanto a Via Bahia é incapaz, senão vejamos aquele buraco, na saída de Salvador, que levou meses para ser tapado.

Volto a esta questão, quem é o padrinho dessa concessionária? Quem dá a chancela para essa concessionária agir ao seu bel prazer? Não estamos questionando obras de melhoramento, estamos questionando a morosidade das obras de melhoramento da pista. Eu não aguento mais! Todos os dias sou obrigado a ficar preso, às vezes horas, no engarrafamento que não tem solução. Você paga uma rodovia, a rodovia é pedagiada e você não tem conforto, não tem segurança, não tem tranquilidade, você fica num engarrafamento à noite, por horas, exposto a assaltos e muitos já aconteceram; você não tem como sair do local, está ali praticamente inerte, parado, esperando a hora em que a Via Bahia vai liberar o trânsito, e isso acontece de uma forma rotineira.

Essa ponte que está sendo recuperada já está completando 4 meses. Volto à questão, será que o governo do Estado não tem ninguém? O Líder do governo ontem ficou no engarrafamento; será que ele não pode pedir ao governador, de quem é liderado, para tentar interceder? A todo instante o governador está com a companheira Dilma Rousseff; será que ele não pode pedir à presidente da república que veja com a ANTT, com o Ministério dos Transportes o que ocorre? A Via Bahia, que está duplicando do Viaduto do Cajueiro até o Paraguaçu, já está com o terceiro prazo vencido e não consegue entregar as obras. Quem é, de fato, o padrinho dessa concessionária? Seria o governador Jaques Wagner? Seria o companheiro Luiz Inácio Lula da Silva? Seria a companheira Dilma Rousseff? Quero até tratá-los de companheiro para que eu possa, assim, ser ouvido através das vozes que ecoam na Assembleia Legislativa e que têm acesso a esses grandes líderes que governam este

Estado e este País. Quem é, de fato o padrinho? Quem é que passa a mão pela cabeça da Via Bahia? Fica, aqui, a minha pergunta.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Depois das sábias palavras do nobre deputado feirense, Carlos Geilson, passo a palavra ao deputado Adolfo Menezes, último orador inscrito no dia de hoje.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, deputada Maria Luiza Laudano, que é dona dos pedágios de Pojuca, deputado Carlos Geilson, V.Ex^a tem toda a razão, é vergonhoso a principal rodovia do quarto Estado do Brasil... Hoje, eu li nos jornais que 1/3 das mercadorias do Nordeste é consumido pelos baianos. Portanto, no Estado que é um dos principais do Brasil, cuja a principal rodovia é a Salvador/Feira, assistimos uma empresa privada que tem toda a tecnologia – se não tem, sabe onde buscar – para fazer... Não é uma ponte, deputado Carlos Geilson, aquilo é um pontilhão. V.Ex^a errou, quando denominou como ponte. Aquilo é um pontilhão, que poderia até ser pré-fabricado. Não há justificativa para a obra não ter sido concluída, depois de quatro meses.

Não sei como V.Ex^a aguenta. Eu precisaria passar por lá, mas, há muito tempo, vou de avião para Petrolina para não ter de andar de carro por essa rodovia.

O Sr. Carlos Geilson:- V.Ex^a tem condição!

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Viajo em voo de carreira! Não é avião particular, não, deputado Carlos Geilson! É avião de carreira da Avianca ou da Gol para Petrolina, e de lá pego o carro e vou para a região.

Realmente, é inadmissível que demore quatro meses – eu não sabia o período – para fazer um pontilhão na principal rodovia da Bahia. Isso é uma enrolação! É uma falta de vergonha isso acontecer com a quantidade de carros transitando e pagando pedágio. É vergonhoso, dentre tantas coisas vergonhosas que temos ainda neste país. Esperamos... Parece que é só um lado! Imagine, se, em quatro ou cinco meses, não terminaram ainda, vamos colocar mais dois meses, o que completaria seis meses, vai ser meio ano para fazer um lado e mais meio ano para fazer o outro lado. É vergonhoso.

Termino o Pequeno Expediente, parabenizando. Se por um lado ficamos tristes por umas coisas, por outro ficamos alegres. Hoje, o governador da Bahia inaugurou uma empresa canadense no município de Maracás que transformará aquela região na única mina das Américas de vanádio, que é um produto escasso. Aqui, nas Américas é a primeira mina.

A produção dos próximos seis anos já está totalmente vendida. Não há negócio melhor no mundo do que esse. A mina proporcionará mais de 1.000 empregos diretos, o pagamento de impostos para o município e o pagamento de royalties, o que, sem

dúvida nenhuma, alavancará aquela região.

Essa jazida foi prospectada por uma empresa do governo da Bahia, a CBPM, e depois privatizada por uma empresa canadense. Então, a Bahia, mais uma vez, está de parabéns pela produção de vanádio. A única mina de vanádio das Américas foi inaugurada, hoje, pelo governador Wagner no município de Maracás.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos pelo tempo de cinco minutos. Depois falará o deputado Fabrício Falcão e por último o deputado Zé Neto.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, gostaria que o senhor solicitasse silêncio dessa imensa plateia. O Plenário está cheio e fazendo tanta zoadá. Há um orador na tribuna e, observe quanta gente, quanta balburdia em nosso Plenário.

Peço a V.Ex^a que mantenha a ordem no recinto, porque são muitos deputados falando demais e há um orador na tribuna.

Gostaria de trazer informações acerca da CPI da telefonia. Hoje, houve uma reunião reservada de trabalho com as presenças de parceiros estratégicos como: Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal e o Procon. Nós já estávamos, Srs. Deputados, alinhavando os encaminhamentos que a CPI haverá de disponibilizar para a sociedade baiana.

Certamente nós estaremos, deputado Carlos Geilson, celebrando um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Na realidade, um acordo, que deu certo nos estados do sul, para ampliar e antecipar os investimentos em infraestrutura e tecnologia, para melhorar os sinais, ou a cobertura de sinal, dos serviços de telecomunicação no Estado da Bahia. Levantamos algumas informações que são cruciais e demonstram o porquê da morosidade na ampliação do sinal, aqui, na Bahia, principalmente na banda larga e na telefonia móvel na zona rural.

Ouvimos o Ministério Público. Temos consciência dos problemas que aqui na Bahia acometem a infraestrutura e os equipamentos que eram, historicamente, propriedades da União. Mas depois da autorização, ou seja, da concessão de serviços de telecomunicações, esta infraestrutura está, deputado Zé Neto, sucateada. Prédios cabeamentos... A telefonia fixa em nosso País e em uma cidade litorânea, como Salvador, a vida útil dos equipamentos, do cabeamento está perdida. E a qualidade do serviço de telefonia fixa, que é prestado, não é boa. Provavelmente em Salvador tem um dos piores serviços em relação aos demais estados deste país.

Zé Neto, você foi um dos grandes indutores dessa CPI suprapartidária, alguns elementos foram tratados de maneira reservada... E nós nos propusemos, Oposição e Situação, de maneira a convergir os interesses desta Casa a oferecer à sociedade

baiana resultados. Sabemos da restrição, no ponto de vista legal, constitucional, que a Assembleia Legislativa tem para tratar, para encaminhar determinados temas. Entretanto ao celebrar uma parceria estratégica com órgãos como: o Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Procon, OAB, CREA, Defensoria Pública, nós haveremos de colocar à disposição, repito, da sociedade baiana soluções, encaminhamentos para melhorar a qualidade dos serviços de telecomunicações. Já não era sem tempo.

As 4 principais empresas de telefonia estão nadando em dinheiro. O Brasil tem uma das tarifas mais caras quando comparadas às tarifas cobradas pelos países de Primeiro Mundo. Quanto à qualidade dos serviços, não tenho dúvida, deixa o consumidor brasileiro e, principalmente, o consumidor baiano ao nível de taquicardia inimaginável.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Para concluir, deputado.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Vejam quantas pessoas estiveram à beira de um ataque de nervos em função da necessidade de usufruir dos serviços de uma telefonia móvel e tem de ligar quatro, cinco, seis vezes sendo tarifado e, simplesmente, não consegue acessar quem está do outro lado da linha.

Portanto, esta é uma alavanca que esta Casa tem para oferecer respostas concretas à sociedade baiana em relação aos serviços de telecomunicações.

Agradeço pela tolerância, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Gostaria de solicitar ao deputado Joseildo Ramos presidir a presente sessão ordinária, a fim de que eu possa fazer o uso da palavra.

(O Sr. Joseildo Ramos assoma à Presidência dos Trabalhos.)

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- Concedo a palavra ao nobre deputado Fabrício Falcão pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO:- Srs. Deputados, realmente, a tribuna desta Casa está muito cheia. O nobre deputado Joseildo pediu até silêncio, porque os deputados estavam conversando demais por conta de tantos deputados estarem presentes aqui. Mas, agora, está mais calmo. Assim, podemos falar de forma mais tranquila.

Eu estava lendo, no jornal Folha de São Paulo, uma coisa interessante que, ao mesmo tempo, assusta. Vejam, a CIA, Agência Central de Inteligência, é o serviço secreto americano. Ela tem um programa mundial de apoio aos países do chamado Terceiro Mundo, os países mais pobres, menos desenvolvidos, no sentido de ajudar na área de saúde, medicina, etc. Isso é para mostrar, deputado Joseildo, o quão benevolente é o governo americano com relação aos países pobres.

Esta semana, depois de uma grave denúncia, coloca-se no New York Times dizendo, mais ou menos, o seguinte: a CIA promete não usar mais vacinações em massa em países pobres para disfarçar ações.

Na verdade, a CIA, Agência Central de Inteligência, do governo americano, é uma central antiterrorista. Disso, eles não falam. Mas, na verdade, este é um órgão mortal que mata pessoas e invade países pelo mundo. Eles encampam campanhas de vacinação em vários países.

No caso aqui, foram afetados o Afeganistão e o Paquistão. E, ali, diziam estar erradicando a poliomielite, febre tifoide, etc. Mas, na verdade, os médicos e os agentes de saúde pública, que vão para aqueles países, são agentes da CIA disfarçados para entrar na inteligência e invadir aqueles países. Uma aberração, esses americanos!

Eles, agora, condenaram cinco oficiais chineses por ciberterrorismo por conta de estarem invadindo o sistema de comunicação e de computação nos Estados Unidos.

Na verdade, o americano Edward Snowden, asilado na Rússia, comprovou que os EEUU não respeitam as leis, normas, regras, fronteiras, melhor, ninguém. Eles não respeitam ninguém. Eles se julgam donos do planeta e não respeitam ninguém. Os Estados Unidos são um país de gente arrogante e prepotente, com um governo autoritário que não reconhece os espaços de fronteiras e não conhece geografia.

Quando se precisa alavancar uma guerra, eles vão e a fazem. Depois, saem em guerra ao terrorismo. O terrorismo foi criado pelos próprios EEUU como foi o caso de Bin Laden à época da guerra do Afeganistão entre os anos de 1970-78. Depois, eles criam este tumulto.

Então, na verdade, os Estados Unidos são um país belicoso. E, por trás dessa ação de cuidar das populações pobres, na verdade, é uma invasão à privacidade e à vida dos povos que eles não respeitam.

Mas, no pouco tempo que me resta, eu queria comunicar que, amanhã, estarei fazendo, aqui, uma sessão especial para debater a questão do desmanche de ferro velho na Bahia. Na verdade, lendo alguns jornais e conversando com deputados do Estado de São Paulo, soube recentemente que foi criada lá uma lei sobre isso, envolvendo lojas de peças de veículos usados. E o que é ela?

Então eu trouxe para esta Casa um projeto, uma proposta que tem como ação principal - peço que os deputados possa analisá-la para votarmos o mais brevemente possível - uma lei que irá regimentar o funcionamento das empresas de venda de ferro-velho e peças de carro. Ela - convoquei para cá a Secretaria da Segurança Pública, o Detran e várias empresas seguradoras - versará sobre essas vendas e os chamados ferros-velhos, de forma que possamos ter condições de regulamentar o assunto para diminuir a grande ação criminosa baseada no roubo de carros. Uma grande parcela de veículos é roubada dia a dia no Brasil, sobretudo em

São Paulo e aqui na Bahia, em Feira de Santana, Vitória da Conquista e Salvador, para desmanche e venda das peças roubadas em ferros-velhos inescrupulosos.

Essa lei nossa é tida hoje nos Estados em que foi aprovada como uma lei importante, nobre deputado, na diminuição da venda de carros roubados e deste próprio roubo, porque na verdade os indivíduos que os roubam fazem isso muito mais para vender as peças a ferros-velhos. E assim a gente alimenta um comércio que traz perda de patrimônio e pessoas que são até assassinadas quando perdem a sua propriedade, o seu veículo. Então, essa lei vem determinar que as peças de veículos usados sejam vendidas com nota fiscal e registro de origem, evitando que sejam compradas quando vierem de carros roubados adquiridos por ferros-velhos em leilão. Assim, vamos tentar diminuir o crime na Bahia. Piores do que o ladrão, o criminoso que rouba uma casa, um caminhão, para mim são os indivíduos chamados atravessadores que compram bens roubados para vender. Eles é que fazem funcionar essa teia de criminosos. Portanto, quando você regulamenta esta questão através duma lei, ela é realmente importante. Tanto que foi aprovada agora no Estado de São Paulo. Inclusive foi capa em vários jornais. No Rio Grande do Sul está sendo votada agora na Assembleia Legislativa, bem como no Paraná e em Santa Catarina. Então acho que esta Casa deve apreciar, primeiro, a nossa sessão amanhã. E, segundo, votar o nosso projeto para diminuir esta sanha criminosa de assaltos aqui na Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- Concedo a palavra ao ilustre deputado Zé Neto, de Feira de Santana, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhores presentes e aqueles que nos assistem, eu estava no meu gabinete e vi aqui o meu amigo contar uma história pela metade. Acho que ele tem de botar as conversas em pratos limpos, primeiro porque nesta coisa de que tem alguém protegendo a Via Bahia tem de dizer quem, porque senão recai sobre toda a Casa. V.Ex^a não pode dizer isso. Até porque o Líder do governo, eu, e o da Oposição, Elmar, fizemos aqui uma reunião, e se alguém tem defendido o enfrentamento da Via Bahia, fui eu desde o primeiro momento.

E não é que eu seja hoje... É uma perda de tempo dizer que sou contra a privatização de estrada ou a terceirização, porque isso já se alastrou pelo mundo, incluindo o Brasil em todos os seus Estados. Tanto que agora, neste momento, praticamente todos eles já estão aí com as estradas de alto impacto privatizadas ou terceirizadas. Enfim, o que se exige é que nelas se tenha um bom serviço.

A Via Bahia, aqui neste Estado, foi contratada num processo muito anterior ao governador Wagner. Aquela contratação se deu quase 8 anos. Só quando chegamos foi que veio a licitação final. Essa empresa não presta os serviços

adequados à Bahia. Disto tenho plena convicção em todos os aspectos.

Outro dia liguei para lá - e quero tornar isto público - porque havia uma pressão da cidade em torno de que a Via Bahia desse pelo menos uma ajuda ao Fluminense de Feira. Eu, aqui da Liderança do governo, tive esse cuidado. Conhecia o representante da comunidade. Aí, pedi que eles ajudassem o Fluminense de Feira porque o próprio presidente do clube já tinha ido pedir e várias pessoas da cidade também já tinham pedido essa ajuda. Mas nem sequer uma ajuda houve, qualquer que fosse. Eu mesmo dei R\$ 500,00 a cada jogo para ajudar. Nem isso ela deu de ajuda. Não investe na comunicação de Feira, não faz um bom diálogo com os políticos.

Já tivemos uma ação feita por nós aqui da Casa e igualmente pelos senadores Walter Pinheiro, João Durval Carneiro e Lídice da Mata, além de 12 deputados federais que assinaram. Juntando com os estaduais, foram mais de 42 parlamentares. Conseguimos então reverter um desses aumentos dados de forma ilegal, porque o deram sem cumprir o que estava estabelecido no edital, dentro do seu roteiro e cronograma.

Nestes últimos dias tenho ligado para eles e vejo que há uma certa morosidade no atendimento. Se tem alguma coisa em que evoluíram na estrada, hoje posso dizer que se tem mais sinalização. Há também os acostamentos e a própria sinalização horizontal. Mas tudo isso é em função das lutas travadas nesta Casa, que tem feito um papel importante nesta questão.

Inclusive dois meses atrás tivemos aqui uma reunião importante com todos os deputados assinando um documento em que solicitam à Via Bahia que se manifeste sobre os cronogramas que não estão sendo cumpridos. E nós vamos cobrar. Temos até uma comissão de 5 parlamentares. Eu já tinha falado com o deputado Gaban. Hoje o deputado Elmar não está na Casa. Vou solicitar aqui novamente a vinda da Via Bahia. Vamos levar a insatisfação dos deputados como petição para o Ministério Público Federal, que já tem 2 processos abertos contra a Via Bahia.

Este é o nosso caminho. O caminho para buscarmos um enfrentamento a todo este absurdo, pois em 4 meses não se tem resolvido o problema de duas pontes na BR-324. E o pior é que à noite a coisa não funciona. Durante o dia eles bloqueiam, e de noite não se paga hora extra. Então não funciona mesmo! Vejam que absurdo! A empresa está devendo o cronograma, que está atrasado.

Nesta próxima reunião teremos de convidar o MPF e pedir ao ministro César Borges que convide o DNIT, com a representação de Brasília, para vir a esta Casa. Encaminharei o documento ao deputado Gaban ou Elmar solicitando que na semana que vem - não sei se vai dar para convidar todo mundo, mas nos próximos dias faremos os convites – convidemos a Via Bahia para vir a esta Casa. Se isso não acontecer, tomaremos providências mais drásticas. Ela tem de dar rapidamente retorno aos compromissos que fez com este Legislativo há dois meses.

V.Ex^a deveria ter contado da minha indignação. Ainda lhe disse que estaria

fazendo hoje, como já estou fazendo - tinha inclusive conversado com o deputado Gaban -, o encaminhamento duma retomada do posicionamento deste Poder contra a Via Bahia. Esta empresa não pode continuar a fazer o que está fazendo! Já são quatro meses para resolver o problema de duas pontes! Só que ontem e quase todos os dias pais e mães de família gastam três, às vezes até quatro horas de viagem! O Estado não merece isso. Você chega em casa mas nem descansa, porque vai trabalhar no outro dia e tem de voltar para Salvador! Sem contar o transtorno que é para toda a Bahia o consumo de gasolina e os acidentes causados porque as pessoas, quando saem, para ganhar tempo correm. E é aí que eles acabam acontecendo.

Enfim, quero daqui publicamente dizer ao deputado Geilson que ele deveria ter falado toda a nossa conversa. Ficou pela metade, e parecia que eu não estava ligando para o assunto. V.Ex^a chegou a dizer que eu procurasse o governador. Não tende procurar o governador, não. Tem é que resolver, porque é o Judiciário que vai fazer, pois é um contrato federal. Aqui temos que fazer o enfrentamento político e botar todo mundo no jogo. Trata-se de um contrato com uma situação que é federalizada. O governador já reclamou, o próprio Otto já reclamou,...

O Sr. PRESIDENTE (Josenildo Ramos):- Para concluir, deputado Zé Neto, há muita gente querendo falar.

O Sr. ZÉ NETO:- Concluindo.

(...) como o vice-governador, como o secretário da Infraestrutura, cabe a nós aqui fazermos os enfrentamentos que devem ser feito. E esses enfrentamentos eu faço, farei e V.Ex^a sabe que faço. Então, está aqui determinado pela Bancada do Governo, e vamos chamar a Bancada da Oposição para retomar o enfrentamento da Via Bahia. E se não resolver, aí acho que temos que pensar até, se for o caso, de fazer uma CPI para investigar a Via Bahia por dentro, aí a gente vai por dentro, porque se não resolver, tem que resolver.

O deputado Elmar sabe do nosso empenho, ele apoiou aqui, inclusive, a nossa iniciativa, e está no limite. Porque essa questão das pontes que foram colocadas lá, é um absurdo o que tem sido feito. Nesse aspecto, não dá mais para suportar, temos que fazer um enfrentamento mais contundente, quatro meses para consertar duas pontes. À noite não funciona, fim de semana que eles deveriam trabalhar, não funciona também, e a gente vive, há quatro meses, encalacrado com um processo que para mim tem limite, nisso V.Ex^a tem razão, e nós vamos fazer o enfrentamento. Só ficou devendo o resto da conversa que V.Ex^a, como sempre, ...

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. ZÉ NETO:- (...) fez uma resenha e não concluiu por completo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- Solicito ao nobre deputado Aderbal

Fulco Caldas...

O Sr. Carlos Geilson:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- Pela ordem o ilustre deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Já estou sentado aqui onde costumeiramente senta o Líder do Governo, já é uma premonição, segundo Aderbal Caldas, para no próximo ano estar sentado neste lugar e o deputado Zé Neto lá do outro lado, porque o lugar dele é na esquerda, de fato é na esquerda. Mas, deputado Zé Neto, nós não falamos pela metade. Não dissemos no nosso pronunciamento que V.Ex^a está encobrindo a Via Bahia. Eu indaguei: quem é o padrinho da Via Bahia? Porque como bem falou V.Ex^a aqui dando carradas de razão ao nosso pronunciamento, a Via Bahia deita e rola, não obedece ao contrato, não obedece a legislação, passa por cima. É como se achasse que aquela rodovia fosse sua, de sua propriedade, não tivesse um contrato com cláusulas e essas cláusulas não são cumpridas.

De modo que quando V.Ex^a aborda esse tema, que estou cansado de tanto discursar aqui na Assembleia, de tanto cobrar, isso me dá ânimo, me dá força, me dá gás, porque não são cobranças de apenas uma vertente, de apenas um olhar, são cobranças que o próprio Líder do Governo entende que são consoantes. E vamos continuar alertando a sociedade que não aguenta mais.

Nesse período em que sou deputado e que todo dia volto a minha Feira de Santana, tenho encontrado essas dificuldades, é um engarrafamento aqui, um engarrafamento acolá, é um acidente aqui, um acidente acolá, e isso me tem deixado estressado, não só a mim como a todos os cidadãos que se utilizam dessa BR diariamente.

Vamos continuar cobrando e mais uma vez deixando aqui no ar esse questionamento: quem é o padrinho da Via Bahia? O deputado Zé Neto já tirou o braço da seringa, não é ele o padrinho. Creio que deve ter um padrinho de uma patente maior.

Aproveito, Sr. Deputado Joseildo Ramos, nesta quarta-feira, pode ser que muitos deputados transitam pelos corredores do Palácio de Ondina, sei que outros transitam pelos corredores da governadoria e tantos outros transitam aqui pela biblioteca aprimorando as suas teses para que possam apresentar aqui em discursos eloquentes, aproveito V.Ex^a, que presidente esta sessão, para proceder a uma verificação de quórum para continuidade desta sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- V.Ex^a será atendido.

Observo que só há quatro Srs. Deputados. Portanto, não há quórum para continuidade da sessão, a qual declaro encerrada às 15h29min.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*